



TRT 10 REGIAO  
SAS Quadra 1, Bloco D - Bairro Setor de Autarquias Sul - CEP 70097-900 - Brasília - DF - www.trt10.jus.br  
Praça dos Tribunais Superiores

## CONTRATO Nº 213/2014

REGISTRO N.º 213/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO E APRIMORAMENTO DE ESCRITÓRIO DE GESTÃO DE PROJETOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES - EGP-TIC, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO E A INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA .

CONTRATANTE	<b>Órgão:</b> TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO	<b>CNPJ:</b> 02.011.574/0001-90
	<b>Endereço:</b> SAS, Praça dos Tribunais Superiores, Quadra 1, Brasília-DF, CEP 70.097-900	<b>Telefone/fax:</b> (61) 3348-1184
	<b>Representante legal:</b> Secretária de Administração <b>GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS</b>	<b>Nacionalidade:</b> Brasileira

CONTRATADA	<b>Empresa:</b> INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA	<b>CNPJ:</b> 10.682.187/0001-04
	<b>Endereço:</b> SCRS 514, Bloco C, Entrada 49, Sobreloja, Asa Sul Brasília-DF, CEP: 703.380-535 licitacao@intelit.com.br; rogerio.torres@intelit.com.br	<b>Telefone/fax:</b> (61) 3327-3777
	<b>Representante legal:</b> CARLOS JACOBINO LIMA	<b>CPF:</b> 899.412.251-68
	<b>Nacionalidade:</b> Brasileiro	<b>Identidade:</b> 1.730.702 SSP/DF

Tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 14.0.000002482-2**, as partes acima identificadas resolvem celebrar o presente Contrato que se regerá pelas normas da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e, também, pelas Cláusulas e condições seguintes:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados para implantação e aprimoramento de Escritórios de Gestão de Projetos de Tecnologia de Informação e Comunicações - EGP-TIC, compreendendo a estruturação de unidade de apoio à gestão de projetos, macro programas, programas e ações de TIC, conforme discriminação constante no Anexo I - Projeto Básico do Edital Pregão Eletrônico n.º 58/13 do TRT da 4ª Região.

1.2. Os serviços serão executados nas instalações do TRT DA 10ª REGIÃO, sito no Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco D, Praça dos Tribunais Superiores.

1.2.1. Fica a critério do CONTRATANTE a execução de tarefas fora de suas instalações, que devem ser descritas no Plano de Implantação, excetuando-se o número mínimo de reuniões presenciais descritas na Cláusula Segunda.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da presente contratação será **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura.

2.2. Para a prestação dos serviços deverão ser respeitados os prazos constantes na tabela abaixo, na execução dos itens.

<i>Descrição do Serviço</i>	<i>Número de Reuniões Potenciais</i>	<i>Prazo para Execução</i>
Plano de implantação	2	Em até 14 (um) mês contados da data de assinatura do contrato
Metodologia de Gestão de Projetos	4	Em até 4 (quatro) meses contados da data de assinatura do contrato
Modelo de Gestão de Portifólio de Projetos de TIC e demandas	2	Em até 4 (quatro) meses contados da data de assinatura do contrato
Disseminação da metodologia para os colaboradores da área de TIC	1	Em até 4 (quatro) meses contados da data de assinatura do contrato
Disseminação do papel do EGP-TIC para a organização	1	Em até 4 (quatro) meses contados da data de assinatura do contrato
Acompanhamento de Projeto Piloto	3	Em até (dez) meses contados da assinatura do contrato
Encerramento do Projeto de implementação de Escritório de Projetos de TIC	1	Em até 12 (doze) meses da assinatura do contrato
TOTAL	14	12 meses

2.2 A alteração do prazo para execução somente será admitida se presente alguma das hipóteses previstas no § 1.º do art. 57 da Lei 8.666/1993. Os requerimentos de prorrogação de prazo para execução do serviço deverão ser encaminhados, devidamente justificados, ao fiscal do contrato, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do prazo final para cumprimento da obrigação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. Pela execução dos serviços, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 82.520,00 (oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais).

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado mediante execução das atividades e entrega dos artefatos descritos na seção DETALHAMENTO DO OBJETO (item 4 do Anexo I - Projeto Básico, do Edital Pregão Eletrônico 58/13 do TRT da 4ª Região), nos percentuais constantes na tabela abaixo, após aceite formal do Grupo Gestor da Implantação, mediante crédito em conta corrente bancária até o décimo quinto dia após entrega do documento fiscal correspondente, acompanhado do aceite acima referido, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP, e se

for o caso, ISSQN.

<i>Descrição do Serviço</i>	<i>Pagamento</i>
Plano de implementação	10%
Metodologia de Gestão de Projetos	25%
Modelo de Gestão de Portfólio de Projetos de TIC e demandas	20%
Disseminação da metodologia para os colaboradores da área de TIC	5%
Disseminação do papel do EGP-TIC para a organização	5%
Acompanhamento de Projeto Piloto	25%
Encerramento do Projeto de Implementação do Escritório de Projetos e TIC	10%
TOTAL	100%

4.2. Se a CONTRATADA for optante do SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a retenção dos tributos referidos no item 4.1 somente deixará de ser efetuada caso a CONTRATADA apresente, juntamente com o documento fiscal correspondente, a declaração de opção, nos termos da Instrução Normativa nº 1234, da Secretaria da Receita Federal, de 11/01/2012, art. 4º, inciso XI, e art. 6º.

4.3. Para todos os fins, considera-se como data do pagamento, o dia da emissão da ordem bancária.

4.4. No caso de os documentos apresentados para atendimento ao disposto no subitem 37.1 do Edital Pregão Eletrônico nº. 58/13 do TRT da 4ª Região estarem vencidos quando da apresentação do documento fiscal, a CONTRATADA deverá providenciar a regularização.

4.5. Na eventualidade de atraso no pagamento, entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento, serão devidos pelo CONTRATANTE:

4.5.1. juros de mora de 0,5% a.m. (meio por cento ao mês) ou 6% a.a. (seis por cento ao ano), por dia de atraso na efetivação do pagamento;

4.5.2. multa moratória no percentual de 1% (um por cento) do valor da fatura em atraso; e

4.5.3. atualização financeira pelo IGP-DI.

4.6. Não serão devidas quaisquer taxas de atualização financeira, juros ou multa moratória nas hipóteses em que houver a concorrência da CONTRATADA para o atraso no pagamento.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO**

5.1. As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta de recursos provenientes do orçamento do sistema integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho - SIGI/JT.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1. Serão obrigações do COTRATANTE:

6.1.1. Propiciar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços;

6.1.2. acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, para assegurar a fiel observância ao objeto do presente contrato;

6.1.3. prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência deste contrato;

6.1.4. realizar os pagamentos em favor da CONTRATADA, pelos produtos/serviços recebidos, através de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada;

6.1.5. permitir o acesso controlado dos empregados da CONTRATADA, quando for o caso, desde que devidamente identificados, às instalações do CONTRATANTE, sempre que se fizer necessário, exclusivamente para fornecimento do produto/serviço.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº. 8.666/93, modificada pela Lei nº. 9.648/98, o objeto da presente contratação será recebido da seguinte forma:

7.1.1. Após a entrega e/ou execução de cada atividade prevista, conforme tabela da Cláusula Quarta, o Grupo Gestor da Implantação deverá realizar a avaliação conforme Anexo I do Projeto Básico do Edital Pregão Eletrônico 58/13 do TRT da 4ª Região - Formulário de Avaliação dos Serviços e encaminhar ao Fiscal do contrato.

7.1.2. O Fiscal do Contrato promoverá, no prazo de 05(cinco) dias úteis, a conferência da avaliação;

7.1.3. Os serviços serão recusados pelo Fiscal do Contrato se o resultado da avaliação referida no item 7.1.1, for inferior a 16 pontos da nota máxima, ou ainda, se obtiver nota 0 (zero) em qualquer dos itens avaliados. Nessa hipótese, o CONTRATANTE deverá emitir relatório, detalhando objetivamente as razões da avaliação negativa. Caberá à CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar proposta de nova prestação de serviços para sanar os problemas detectados, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, respeitando as disponibilidades de horários deste, cabendo nova avaliação ao término dos serviços.

7.1.4. A notificação interromperá o prazo de recebimento, passando a contar a partir da nova data de entrega do objeto;

7.1.5. Todo o material deverá ser entregue ao CONTRATANTE em meio digital editável em padrões livres/software abertos;

7.1.6. Todo material produzido sobre a metodologia e modelo de gestão de portfólio deve ser consolidado em um documento para a institucionalização. Tal material deve ter acuidade ortográfica e formatação profissional e ser entregue em formato digital, impresso colorido e encadernado em até 5 (cinco) vias. A impressão ou não das 5 (cinco) vias fica a critério do CONTRATANTE. Os Fluxos de processo de gerenciamento de projetos deverão ser entregues em formato Bizagi e Visio também editáveis.

7.1.7. O aceite do caderno final da Metodologia deverá ser registrado em ata por meio de reunião presencial, contando, no mínimo, com a presença do Gerente de Projeto da CONTRATADA e 2 membros do Grupo de implantação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. A CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ensejar o retardamento da execução do certame, não celebrar o contrato, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

8.2. Na hipótese de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido na contratação, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, ficará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

8.2.1. advertência;

8.2.2. multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço não executado, bem como, se for o caso, sobre o valor do saldo da ata de registro de preços;

8.2.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal, por até 2 (dois) anos;

8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. Além das penalidades administrativas previstas na Lei 8.666/93 e, na Lei 10.520/02 a CONTRATADA estará sujeita a:

8.3.1. Multa moratória, por atraso de entrega de acordo com o cronograma aprovado, equivalente ao percentual de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso a ser calculado

sobre o valor do contrato, até o limite de 5% (cinco por cento).

8.3.2. Multa por entrega com baixa qualidade (Anexo I do Projeto Básico do instrumento convocatório - Formulário para avaliação dos serviços), equivalente ao percentual de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso a ser calculado sobre o valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento).

8.3.3. No caso de reincidência de resultado insatisfatório, aquele cuja avaliação da qualidade (Anexo I do Projeto Básico referido no item anterior) seja inferior a 70% (setenta por cento) em 30% (trinta por cento) das entregas previstas, importará a recusa, com aplicação de multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total adjudicado e caracterizará a inexecução total da obrigação, punível com as sanções previstas nos itens 8.2.3 e 8.2.4.

8.4. Caso a CONTRATADA não recolha o valor da multa no prazo de 10 dias a contar do decurso do prazo recursal ou, havendo interposição de recurso, no prazo de 10 dias após a ciência do improvimento, o valor será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE; ou cobrado diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente, consoante disposto no § 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, incidindo juros moratórios pro rata die de 0,5% ao mês.

8.5. A CONTRATADA deverá justificar fundamentada, prévia e formalmente, qualquer ocorrência que a leve a descumprir qualquer dos deveres estabelecidos no Anexo I - Projeto Básico, do Edital Pregão Eletrônico nº. 58/13, cuja aceitação ficará a critério do CONTRATANTE.

8.6. Sempre que ocorrer situação de desacordo com o escopo contratado, e a fiscalização solicitar pronunciamento da CONTRATADA, esta deverá manifestar-se por escrito e promover a correção da situação motivadora da desconformidade.

8.7. Em qualquer caso, a CONTRATADA será notificada por escrito, e terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar sua defesa.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO**

9.1. O reajustamento do valor unitário dos serviços se dará a cada período de 12 (doze) meses após a apresentação da proposta, pelo IGP-di - Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, aplicando-se sua variação a partir da referida data.

9.1.1. O reajustamento será calculado mediante a aplicação da variação acumulada do índice de reajuste sobre os preços praticados à época da concessão do reajuste.

9.1.2. A variação acumulada do índice de reajuste será aquela verificada no período descrito no item 9.1.

9.1.3. Na hipótese de legislação superveniente reduzir ou aumentar o prazo de suspensão de aplicação de reajuste aos contratos de forma que esse fique inferior ou superior ao prazo estipulado no item 9.1, adequar-se-á o instrumento de contrato para refletir tal circunstância.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1. No prazo de **uma semana após a assinatura do contrato**, um Grupo Gestor da Implantação deverá ser instituído pelo CONTRATANTE, conforme item 5 do Anexo I do referido Edital. Este grupo deverá estar descrito no Plano de Implantação.

10.1. A fiscalização da execução dos serviços será realizada pelo Chefe da Seção de Segurança da Informação, nesta data sob responsabilidade do Servidor Nilton Lacerda Wanderlei, telefone (61) 3348-1456.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -DA RESCISÃO**

11.1. A rescisão deste contrato poderá ser:

11.1.1. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

11.1.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.1.3. judicial, nos termos da legislação.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

12.1. Ficam fazendo parte do presente contrato, independentemente de transcrição, a íntegra do Edital do Pregão Eletrônico nº 58/13 do TRT da 4ª Região e seus Anexos, bem como a proposta apresentada na licitação pela CONTRATADA, nos termos em que esta não for contrária ao referido instrumento convocatório.

12.1.1. Fica, ainda, fazendo parte do presente contrato, como seu **Anexo Único**, o Termo de Compromisso com a Segurança da Informação.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

13.1. Aplicam-se à execução deste instrumento de Contrato as Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02, os Decretos 3.555/00, 3.693/00 e 3.784/01 e a legislação complementar, vigente e pertinente à matéria.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Na forma do inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 58/13 do TRT da 4ª Região.

14.1.1. Caso o CONTRATANTE verifique a não manutenção das condições habilitatórias, a CONTRATADA será notificada para regularizar a situação, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

14.1.2. Em caso de não atendimento à determinação constante no item anterior, a CONTRATADA incorrerá em inexecução contratual, hipótese que ensejará a rescisão do contrato.

14.2. A CONTRATADA obriga-se a manter seu endereço e telefone atualizados durante toda a vigência da contratação, mediante envio de mensagem eletrônica para os endereços scsin@trt10.jus.br e setin@trt10.jus.br.

14.3. As alterações de quaisquer condições do presente Contrato deverão sempre ser procedidas por meio de termos aditivos.

14.4. Na execução dos serviços, a CONTRATADA cumprirá todos os padrões de segurança e regras de uso e de controle de acesso às instalações do CONTRATANTE. A CONTRATADA se compromete a manter sigilo acerca das informações obtidas e geradas no decorrer do trabalho, mediante assinatura de Termo de Compromisso com a Segurança da Informação (Anexo Único do presente contrato).

14.5. Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar as Políticas de Controle de Acesso definidas pelo CONTRATANTE.

14.6. Os profissionais com certificação (Graduação e PMP) apresentadas no Pregão Eletrônico de referência pela CONTRATADA deverão ser alocados na execução dos serviços respectivos.

14.6.1. Excepcionalmente, a CONTRATADA poderá substituir o profissional para a execução dos serviços, condicionada à prévia avaliação dos mesmos e aceite por parte do CONTRATANTE, sendo imprescindível que o profissional detenha nível de qualificação e experiência equivalente ou superior àquele indicado para fins de habilitação na licitação.

14.7. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste instrumento, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

14.8. Nos termos do artigo 1º da Resolução nº 9 do Conselho Nacional de Justiça, de 06 de dezembro de 2005, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante.

14.9. Nos termos da Resolução nº 156 do Conselho Nacional de Justiça, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa cujos empregados colocados à disposição do CONTRATANTE para o exercício de funções de chefia tenham sido condenados em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão

jurisdicional colegiado nos seguintes casos:

14.9.1. atos de improbidade administrativa;

14.9.2. crimes:

14.9.2.1. contra a administração pública;

14.9.2.2. contra a incolumidade pública;

14.9.2.3. contra a fé pública;

14.9.2.4. hediondos;

14.9.2.5. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

14.9.2.6. de redução de pessoa à condição análoga a de escravo;

14.9.2.7. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

14.9.2.8. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

14.9.3. atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

14.9.4. excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

14.9.5. cujas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas tenham sido rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente

14.10. Para verificação referente ao item anterior, o Tribunal poderá requerer, a qualquer tempo, documentos comprobatórios, tais como certidões ou declarações negativas das Justiças Federal, Eleitoral, Estadual ou Distrital, do Trabalho e Militar, dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e, quando for o caso, dos Municípios, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça, do conselho ou órgão profissional competente, constando a informação de que não foi excluído do exercício da profissão e dos entes públicos em que tenha trabalhado nos últimos dez anos e de que não foi demitido ou exonerado a bem do serviço público.

14.11. De acordo com o disposto no § 1º do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o CONTRATANTE providenciará a publicação deste instrumento, de forma resumida, no Diário Oficial da União.

14.12. Fica eleito o Foro da cidade de Brasília/DF para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente Instrumento, para documento das partes contratantes.

**GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS**

Secretário de Administração

TRT da 10.<sup>a</sup> Região

**CARLOS JACOBINO LIMA**

Representante Legal

Intelit Processos Inteligentes Ltda

## **CONTRATO 213/2014 - ANEXO ÚNICO**

### **TERMO DE COMPROMISSO COM A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

A empresa INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA, parte CONTRATADA no instrumento contratual nº 213/2014, neste ato representado pelo Sr. Carlos Jacobino Lima, portador da

CI/RG n.º 1.730.702 SSP/DF e do CPF nº 899.412.251-68, compromete-se, por intermédio do presente termo, a não divulgar sem autorização informações confidenciais do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO (TRT)** a que tiver acesso em decorrência da prestação do objeto do citado contrato, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Consideram-se informações confidenciais quaisquer dados e informações do TRT revelados antes ou depois da assinatura deste Termo, seus bens de informação, topologias, usuários, senhas de acesso, planos, processos, operações, pessoal, propriedades, produtos e serviços, e quaisquer outras que o mesmo considerar proprietárias e/ou confidenciais.

§ 1º – Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a CONTRATADA deverá tratar a mesma sob sigilo até que venha a ser autorizada por escrito a tratá-la diferentemente pelo TRT. De forma alguma se interpretará o silêncio do TRT como liberação do compromisso de manter o sigilo da informação.

§ 2º Excluem-se das disposições desta Cláusula informações ou materiais que já estiverem disponíveis ao público em geral de qualquer forma que não em decorrência de sua revelação pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** A CONTRATADA obriga-se a conhecer e observar a Política de Segurança da Informação disponível no site do TRT.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** A CONTRATADA concorda que as informações a que terá acesso serão utilizadas somente nos processos envolvidos para execução do objeto contratado.

**CLÁUSULA QUARTA:** A CONTRATADA determinará a todos os seus representantes - assim considerados, diretores, administradores, sócios, empregados, prepostos, agentes, colaboradores e prestadores de serviço a qualquer título (incluindo consultores e assessores) que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços - a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

**CLÁUSULA QUINTA:** Caso a CONTRATADA seja obrigada, em decorrência de intimação de autoridade judiciária ou fiscal, a revelar quaisquer informações, notificará por escrito ao TRT imediatamente acerca da referida intimação, de forma a permitir que o TRT possa optar entre interpor a medida cabível contra a ordem judicial ou administrativa ou consentir, por escrito, com a referida revelação.

**CARLOS JACOBINO LIMA**  
Representante Legal  
Intelit Processos Inteligentes Ltda



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS JACOBINO LIMA, Usuário Externo**, em 09/12/2014, às 09:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS, Secretário(a) de Administração**, em 09/12/2014, às 16:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trt10.jus.br/validadorsei.htm> informando o código verificador **0122071** e o código CRC **D2C9445A**.